



GT 72. Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos

Coordenador(es):

Raquel Mombelli (NEPI)

Cintia Beatriz Muller (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos e de reconhecimento sociocultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. Propõe-se analisar os retrocessos da política de demarcação e regularização das terras de quilombo e as implicações de sua atual paralisação promovida pelo atual Governo Federal, aos direitos quilombolas e à democracia étnico racial no país. Pretende-se ainda estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise dos conflitos socioambientais deflagrados por grandes projetos nos territórios quilombolas; 3º) Avaliações críticas dos avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos;

A desigualdade como projeto: Os programas de desenvolvimento econômico e os quilombos no Espírito Santo

Autoria: Sandro José da Silva (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

A comunicação é parte do projeto "Africanidades Transatlânticas", desenvolvido com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e expertise da Universidade Federal do Espírito Santo para desenhar novas linhas de financiamento e pesquisa sobre o tema das desigualdades que afetam os afrodescendentes. Um dos objetivos tratados na presente comunicação é traçar um panorama das condições da reprodução das desigualdades socioeconômicas que afetam os quilombolas no Pós-Abolição. Para isso privilegiou-se dois contextos de projetos de desenvolvimento econômico envolvendo quilombos no estado do Espírito Santo. Em Degredo, município de Linhares, os quilombolas buscam se reorganizar politicamente para atender aos quesitos do Termo de Ajuste de Conduta em face do desastre no Rio Doce, ocorrido há 4 anos, na Bacia do Rio Doce, e que afetou de forma drástica seu modo de vida. Em Linharinho, município de Conceição da Barra, os quilombolas buscam formas de se fazer ouvir no processo de asfaltamento da rodovia que atravessa seu território e que já dura mais de oito anos. Nos dois casos serão descritas, em primeiro lugar, a pertinência das identificações étnicas quilombolas em relação aos diferentes agentes públicos e privados, especialmente em face das estratégias de enfrentamento do Racismo e, em segundo, as diferentes estratégias da necropolítica desses agentes como práticas divisantes. Embora os dois casos mostrem dinâmicas distintas, o que está em jogo nos resultados da pesquisa aponta para as extremidades nas quais o racismo opera sua reprodução de práticas hierarquizantes.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: